



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022

Processo Licitatório nº: 17.278/2022

Processo de Recurso n.º: 32.615/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de Empresa Especializada em Serviços Laboratoriais de Exames de Citopatologia, Anatomia Patológica, Pesquisa de H. Pylori, Biopsias de útero e anexos e restos ovulares a fim de atender as necessidades dos usuários do SUS pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: BIOMEGA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, BIOMEGA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA, por meio de seu representante legal, com esboço no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 229/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 229/2022, processo apenso de Recurso nº 32.615/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 07 de dezembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e o respectivo membro da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 17.278/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 229/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de Empresa Especializada em Serviços Laboratoriais de Exames de Citopatologia, Anatomia Patológica, Pesquisa de H. Pylori, Biopsias de útero e anexos e restos ovulares a fim de atender as necessidades dos usuários do SUS pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 10:05:31 do dia 15/12/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 229/2022;



Comissão de Pregão II

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

- a) " em análise ao documento apresentado pela empresa RECORRENTE verifica-se que não houve cumprimento ao solicitado em Edital, uma vez que a empresa deixou de apresentar a certidão imobiliária, conforme previa o item supramencionado."

"Ao constatar a ausência do referido documento, foi solicitado, erroneamente, a juntada posterior do documento, no qual justificou-se através do §1º do Art. 43 da LC 123/06. No entanto Sr. Pregoeiro, é sabido que a referida Lei não prevê juntada posterior de documento, muito pelo contrário, ela prevê que caso haja alguma restrição na comprovação, será concedido prazo para regularização. Ou seja, a empresa não deve deixar de apresentar tal documento, mesmo que este tenha algum "débito" que se caracteriza como restrição."

- b) "ausência do serviço de laboratoriais de anatomia patológica e citopatológica na licença sanitária apresentada"

" No que tange à Licença Sanitária, o edital previa a seguinte exigência" "20.2 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor."

" o item supracitado exigia que todos os licitantes deveriam apresentar Licença Sanitária, dessa forma, uma vez que o objeto do Edital compreende a realização de exames de anatomia patológica, deveria, portanto, todas as licitantes apresentar licença sanitária para tal atividade."



Comissão de Pregão II

"para abertura de um Laboratório de Patologia, as providências iniciais assemelham-se as exigidas para qualquer estabelecimento comercial. Tratando-se de instituição médica, há obrigações adicionais, vinculadas ao Conselho Regional de Medicina, Vigilância Sanitária e órgão fiscalizador do meio ambiente."

C) "o Edital previa que todos os licitantes deveriam apresentar a CERTIDÃO DE ANOTAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO no conselho de classe profissional, ocorre que em análise da documentação apresentada, não foi verificado tal documento, apenas uma cópia da carteira do possível responsável."

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) "Confiante no espírito público deste ilustre Pregoeiro e/ou da autoridade superior, diante de tudo que foi exposto e aduzidas as razões que balizaram e fundamentaram o presente, a BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, espera que seja dado PROVIMENTO ao presente recurso interposto para INABILITAR do pregão, a empresa CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO DO RECREIO LTDA, com fundamento nas razões acima expostas, uma vez que a empresa não cumpriu os requisitos do edital deixando de apresentar vários documentos solicitados no Edital."

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida **CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO DO RECREIO LTDA**, alega que " Não obstante, a Recorrente, manifestamente irresignada, apresentou Recurso, oportunidade em que argumentou, em apertada síntese: (a) suposta ausência de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (item 18.4); (b) suposta ausência de Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento (item 20.2); e (c) suposta ausência de



Comissão de Pregão II

Cópia de Certidão de Anotação do Responsável Técnico no CRM (item 20.5).
Todavia, conforme será demonstrado a seguir, a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO cumpriu todos os requisitos do Edital, bem como apresentou a melhor oferta, de maneira a ser sagrada vitoriosa do certame sub examine, inexistindo quaisquer razões de fato ou de direito que possam elidir tal decisão."

Prossegue alegando que " Como se depreende da Ata de Realização do Pregão Eletrônico, ao passar para a fase de habilitação, o atento Pregoeiro pontuou a ausência da Certidão de Dívida Ativa com a Fazenda Municipal, concedendo prazo para a juntada do r. documento, nos moldes do item 18.8 do Edital."

"Oportuno esclarecer, desde já, que o Edital prevê a possibilidade de diligência, em qualquer fase da licitação, destinada a ESCLARECER ou a COMPLEMENTAR a instrução do processo (item 29.5)."

"O instituto da "diligência", por algum tempo correspondeu a uma celeuma no âmbito administrativo, atrelado ao exacerbado rigorismo formal, por muitas vezes, deixava-se de declarar como vencedora a melhor proposta/oferta, por equívocos que facilmente poderiam ser sanados, caso utilizado, com proporcionalidade e razoabilidade, a diligência. "

Pontua que " É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes. Acórdão 966/2022 Plenário (Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler)."

Alega que " A comprovação da regularidade com a Fazenda Municipal constitui em Certidão que atesta fato e condição pretéritos, de modo que não há qualquer violação aos princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes. " e que "não se pode olvidar que se está diante, in casu, de empresa com aplicação das benesses previstas na LC



Comissão de Pregão II

123/06, que prevê, expressamente, em seu artigo 42, que a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de assinatura do Contrato." Em que pese o inconformismo apresentado pela Recorrente, a hipótese dos autos é simples: a aplicação do instituto da diligência somado às benesses da LC 123/06."

Alega também que "Afimal, a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO possuía a Certidão (fato pré-existente), que constitui teor que somente pode ser levado a efeito para fins de assinatura do Contrato. Bem por isso, a concessão de prazo para a juntada da Certidão atendeu aos conclames da diligência, sem desconsiderar que a comprovação de regularidade fiscal é item avaliado, nos termos da LC 123/06, tão somente para assinatura contratual."

"Decerto, haveria erro ou incongruência caso o i. Pregoeiro não disponibilizasse o prazo para sanar e complementar a instrução processual, como garante a jurisprudência e a legislação, de modo que, atendidos todos os requisitos do Edital, e observados os direitos e garantias de todos os licitantes, não há como prosperar os argumentos elencados pela Recorrente, devendo a decisão se manter por todos seus fundamentos."

Finaliza alegando que " DA APRESENTAÇÃO DOS DEMAIS DOCUMENTOS: ITENS 20.2 E 20.5. Melhor sorte não assiste à Recorrente ao argumentar que não houve ajuntada dos documentos elencados nos itens 20.2 e 20.5, quais sejam, o Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento e a Certidão de Anotação do Responsável Técnico no CRM, o que pode ser facilmente constatado por uma análise minimamente diligente dos documentos anexados pela CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO."

Requer a recorrida que Ex positis, requer seja totalmente desprovido o recurso administrativo interposto, confirmando-se a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO como VENCEDORA DO CERTAME, pelas razões já levantadas alhures. Termos em que pede deferimento..".



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA.**



Comissão de Pregão II

Com relação às alegações da recorrente "a":

Inicialmente cumpre destacar que, este pregoeiro, ao analisar a documentação enviada pela empresa melhor classificada, ao constatar a ausência da Certidão de Regularidade Fiscal com a Dívida Ativa Municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro, diligenciou junto ao sítio eletrônico do órgão responsável por sua emissão, em consonância ao que dispõe o subitem 18.8.2 do edital e também ao §3 do Artigo 43 do Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, onde foi possível obter informações da **certidão positiva** já emitida sob o número de protocolo 3902009222 e código de controle BSCMCCSMMM, com status de certidão emitida com data de solicitação em 23/09/2022, data da emissão em 03/10/2022 e validade até 01/04/2023, conforme documento às fls 401 do P.A Instrutivo nº 17.278/2022.

Destaca-se que a empresa *CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO* apresentou *Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel sob nº 00-3.743.309/2022-0 atestando sua situação positiva em relação à Dívida Ativa com a Fazenda Municipal do Município do Rio de Janeiro* conforme documento às fls 400 do P.A Instrutivo nº 17.278/2022.

Com base nas informações supracitadas, foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis à empresa *CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO* para apresentar a prova de quitação com a Fazenda Municipal exigida no subitem 18.4 do edital e em consonância com o disposto § 1 do Art. 4 do Decreto Federal Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, com o disposto no § 1 do Art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e como o previsto no subitem 18.8.2 do edital.

Em resposta, a empresa *CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO*, encaminhou em 14/12/2022, através do sistema do Comprasgov, o seguinte documento: Certidão da Dívida Ativa Municipal com status de "Certidão Negativa" emitida em 13/12/2022 sob o código de controle MMCM89CM99 com validade de 120 dias, dentro do prazo concedido.



Comissão de Pregão II

Dessa forma, se o propósito da lei é o de postergar a prova da regularidade fiscal, e o licitante apresentou (na fase de habilitação ordinária) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel, além de ter sido possível constatar a existência da certidão oficial à qual alude o subitem 18.8.2 do edital, no sítio oficial do órgão responsável por sua emissão, comprovando, dessa forma, a situação positiva pré-existente da empresa, não será a mera impossibilidade de ter acesso de modo online ao documento já emitido que terá o condão de suplantar o direito legalmente posto, afastando o licitante ME ou EPP sob o argumento de descumprimento da regra.

Com relação às alegações da recorrente "b":

Informo que a empresa *CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO* apresentou documento de Licenciamento Sanitário, às fls 434 do P.A Instrutivo nº 17.278/2022, conforme exigido no subitem 20.2 do edital, emitido pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, sob o número 09/97/116063/2022 com a validade vigente até 30/04/2023, no qual consta que o estabelecimento está licenciado para prestar diversos serviços, dentre eles, as atividades de LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS.

Com relação às alegações da recorrente "c":

Informo que a empresa *CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO* apresentou **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA** emitido pelo CREMERJ, o qual atesta a regularidade da inscrição do estabelecimento no referido conselho, incluindo informação relativa ao Diretor Técnico responsável pelo estabelecimento, conforme exigidos nos subitens 20.4 e 20.5 do edital.

Cabe ressaltar que o documento denominado CART (Certidão de anotação do Responsável Técnico) , exigido no subitem 20.5 do edital teve seu layout atualizado pelo CREMERJ, conforme Informativo disponível em <https://www.cremerj.org.br/Informes/exibe/4028> e, dessa forma, foi devidamente apresentado pela empresa recorrida, conforme documento que consta às fls 444 do P.A Instrutivo nº 17.278/2022.



Comissão de Pregão II

Além disso, a empresa recorrida enviou cópia dos documentos de identificação do Médico Diretor Técnico Responsável, assim como sua Carteira do Conselho Federal de Medicina, contendo seu número de CRM ° 52-56861-5, o qual, em consulta ao sítio do CRM, consta como "ativo".

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 229/2022, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, e opto pela MANUTENÇÃO do julgamento anteriormente proferido, HABILITANDO a empresa CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO, no Pregão em comento.

Por todo o exposto, encaminho o presente processo ao Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, para decisão final acerca do presente recurso administrativo.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 09 de janeiro de 2023.

Mayco Videira Sartório
Pregoeiro Substituto – Comissão de Pregão II
Matricula: 105.916